

## **Apresentação**

Sérgio Agraíño, licenciado em direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, exerce atualmente funções dirigentes como Chefe de Divisão de Relações Coletivas de Trabalho na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) desde maio de 2021, tendo exercido previamente outras funções dirigentes na área dos recursos humanos em organismos públicos, assim como, funções públicas na área do direito do emprego público.

## **Nota Biográfica**

Dados pessoais

Nome: Sérgio Nuno Agraíño Rodrigues;

Naturalidade: S. Domingos de Benfica, Lisboa;

Data nascimento: 16 de março de 1979.

Habilitações literárias e formação académica:

2004 — Licenciatura em Direito (Menção em Ciências Jurídico-Políticas) — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2005 a 2006 — Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial — Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa;

2006 a 2007 — Curso de Pós-Graduação em Notariado — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde maio de 2021- Chefe de Divisão de Relações Coletivas de Trabalho (após reestruturação orgânica da DGAEP - Portaria n.º 100-A/2021, de 11 de maio). Paralelamente, é Coordenador do Grupo de Trabalho para a promoção do Teletrabalho (Aquisição de equipamentos para teletrabalho e instalação de Centros de Cowork) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – desde dezembro de 2021 (Designado por Despacho de 15.12.2021 do Secretário de Estado da Administração Pública do XXII Governo Constitucional).

De junho de 2020 a maio de 2021 – Diretor do Departamento de Relações Coletivas de Trabalho da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), onde coordenou funções no âmbito do apoio e execução das políticas referentes às relações coletivas de trabalho na Administração Pública, bem como, promoção do depósito e publicação dos acordos coletivos de trabalho, dos acordos de adesão, das decisões arbitrais e das deliberações das comissões

paritárias e, ainda, assessoria e apoio técnico aos árbitros no âmbito dos respetivos processos de resolução de conflitos coletivos de trabalho;

2015 – 2020 – Diretor do Departamento de Recursos Humanos (Dirigente Intermédio de 1.º grau) da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT, I.P.) onde coordenou funções de planeamento, gestão e a administração dos cerca de 9.400 trabalhadores dos serviços regionais e unidades de cuidados de saúde primários dos 15 Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do mapa de pessoal da ARSLVT, I.P., bem como, a preparação, desenvolvimento e emissão de pareceres sobre os procedimentos concursais e outras formas de recrutamento e mobilidade de profissionais de saúde para os 11 Centros Hospitalares E.P.E. e 2 Centros Hospitalares S.P.A. da região LVT.

2013 a 2015 — Adjunto e Técnico especialista, com funções de assessoria jurídica, dos Secretários de Estado da Administração Pública do XIX Governo Constitucional, salientando-se a intervenção na preparação de medidas legislativas e regulamentares no âmbito de atuação do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, nomeadamente, nas áreas da criação, reorganização, funcionamento e gestão dos órgãos e serviços públicos e dos regimes dos vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores em funções públicas, bem com o a participação em processos relativos ao exercício do Direito coletivo;

Desde 2012 — Pertence ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) como técnico Superior, tendo à data exercido funções jurídicas na área dos recursos humanos, com especial incidência na legislação aplicável aos membros do Governo e respetivos gabinetes de apoio, bem como nos vínculos e carreiras do pessoal das entidades do âmbito da PCM;

2011 a 2012 — Técnico Superior na Inspeção-Geral das Atividades Culturais, tendo exercido funções jurídicas na área da gestão de recursos humanos e financeiros, com particular enfoque na carreira especial de inspeção e nos regimes de vinculação, avença e tarefa de pessoal no âmbito de entidades dependentes do Secretário de Estado da Cultura;

2008 a 2011 — Consultor Jurídico e ingresso na carreira de técnico superior, tendo exercido funções na área de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com especial predominância nos estatutos da carreira docente universitária e do ensino superior politécnico, assim como nas carreiras gerais do pessoal das entidades tuteladas pelo Ministério;

2007 a 2008 — Consultor jurídico na área do crédito hipotecário do Banco Santander Totta S.A.

2005 a 2008 — Conclusão do Estágio com inscrição na Ordem dos Advogados Portugueses e exercício profissional de Advocacia em escritório sito em Lisboa.

Formação profissional relevante:

Curso *FORGEP* – ISCTE-IUL, 6.ª Edição, 2015/2016.

Frequência de ações de formação em matéria da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, do regime de vinculação, carreiras e remunerações, regime do contrato de trabalho em funções públicas, seleção e recrutamento, sistema integrado de gestão e avaliação

do desempenho na Administração Pública (SIADAP), do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) e sistemas de monitorização, auditoria e controlo interno.

Publicações:

- Artigo: “As fontes do Direito comuns e específicas do vínculo de emprego público”, publicado na revista da Administração e Emprego Público (RAEP n.º 7 – dezembro 2021).
- Coautoria de artigo: “A evolução e reconhecimento da contratação coletiva do vínculo de emprego público”, publicado na revista da Administração e Emprego Público (RAEP n.º 6 – novembro 2020).